

Elaboração de Edital e de Resposta aos Pedidos de Esclarecimentos, Impugnações e Recursos Administrativos

Curso atualizado à luz do Decreto nº 10.024/2019 e do atual e novo regime de contratação pública (Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021). Em conformidade com os modelos disponibilizados pela AGU. Inclui, ainda, workshop de elaboração de resposta a uma impugnação e assessoria ao Gestor na decisão dos recursos administrativos.

Apresentação

A licitação pública é um importante e estratégico instrumento que visa suprir a demanda do Administração Pública nas aquisições de bens e insumos e nas contratações de serviços. No entanto, o procedimento licitatório, embora esteja repleto de normas específicas, também está submetido a princípios básicos do direito, como a isonomia, igualdade, elementos de defesa e contraditório.

Nesse sentido, o instrumento convocatório – amplamente representado pelo Edital (ou Carta Convite) – tem por objetivo a publicização da demanda de aquisição ou contratação pela Administração que, por sua vez, deve apresentar uma linguagem impessoal, clara, concisa, formal e uniforme, dispondo as regras da licitação, tais como:

- Direitos e deveres do fornecedor e da entidade licitante;
- O objeto da licitação;
- O procedimento licitatório específico;
- A remuneração;
- Os documentos necessários;
- As regras específicas que garantirão a igualdade na competição, a impessoalidade no tratamento dos participantes, e o respeito aos princípios da legislação; e,
- Quando for o caso, acompanhando anexos concernentes, como a minuta do contrato administrativo

Devido a sua finalidade, muitas vezes, a elaboração de um bom edital torna-se complexa ou extensa, abrindo margem para as despadronizações e/ou lacunas textuais que deixam a possibilidade de dois ou mais entendimentos, trazendo, dessa forma, insegurança jurídica e administrativa e, por diversas vezes, impugnações ao instrumento convocatório e contestações de decisões no processo licitatório, implicando, inclusive, na alteração do julgamento inicial.

Esse curso, além de apresentar um overview da temática à luz das normas, doutrinas e jurisprudências, traz, também, a conformidade com os modelos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União (AGU) e o viés teórico-prático acerca do trâmite das ferramentas recursais nos certames e os principais

dúvidas em tempo real.

O aluno terá ainda:

- **Workshop “Respondendo a uma Impugnação e Assessorando o Gestor na decisão dos Recursos Administrativos”;**
- Estudo de casos concretos extraídos do dia a dia dos agentes públicos;
- Exercícios práticos para assimilação do conteúdo.

Conteúdo programático

PARTE I – ELABORAÇÃO DO EDITAL

1. Contextualização da fase externa do pregão eletrônico
2. O que é edital?
3. Quais são os tipos editais?
4. Quando usar um edital de Sistema de Registro de Preços (SRP) e qual é o seu diferencial para um edital tradicional?
5. A importância da padronização – utilização dos modelos da AGU
6. Conteúdo do edital:
 - 6.1. Preâmbulo
 - 6.2. Descrição resumida do objeto
 - 6.3. Licitação exclusiva para Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)
 - 6.4. Recursos orçamentários
 - 6.5. Credenciamento
 - 6.6. Condições de participação
 - 6.7. Envio das propostas de preços, das propostas e formulação dos lances
 - 6.8. Aceitabilidade da proposta vencedora
 - 6.9. Amostra
 - 6.10. Habilitação
 - 6.11. Qualificação técnica
 - 6.12. Qualificação econômico-financeira
 - 6.13. Recursos administrativos
 - 6.14. Adjudicação e homologação
 - 6.15. Impugnação e esclarecimentos
 - 6.16. Anulação e revogação
7. Demais documentos que compõem um edital (art. 41 da Lei 8.666/1993)
8. Edital na nova Lei de Licitações e Contratos (art. 25 da Lei 14.133/2021)

PARTE II – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

1. A importância de conhecer esses institutos
2. Conceitos
3. Diferenças
4. Previsão legal:
 - 4.1. Lei nº 8.666/1993
 - 4.2. Decreto nº 10.024/2019
 - 4.3. Lei nº 14.133/2021
5. Prazos

6. Jurisprudências do TCU acerca do assunto
7. Impugnação intempestiva e direito de petição

PARTE III – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1. Conceito
2. Recurso no pregão eletrônico
3. Intenção de recorrer
4. Juízo de admissibilidade recursal
5. Juízo de retratação
6. Princípios correlatos
7. Razões e contrarrazões
8. Controvérsias
9. Prazos
10. Efeitos
11. Diligências na fase recursal
12. Recursos na Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021
13. Jurisprudências do TCU e boas práticas
14. Representação perante os Tribunais de Contas

PARTE IV – WORKSHOP “RESPONDENDO A UMA IMPUGNAÇÃO E ACESSORANDO O GESTOR NA DECISÃO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS”

Professora



Gisella Maria Quaresma Leitão

Coordenadora técnica adjunta do Setor de Licitações e Contratos do Conselho Federal dos Representantes Comerciais (CONFERE) e Pregoeira. Advogada, professora e consultora. Especialista em Direito Público e Privado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), e em Licitações Públicas e Contratos Administrativos pela A Vez do Mestre (AVM). Foi militar temporária da Marinha, exercendo as funções de Chefe do Setor de Licitações e Contratos e Pregoeira. Palestrante do Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga (CIANB) na Marinha do Brasil. Criadora de conteúdo digital na área de Licitações e Contratos.